

Fernando Molica

O fim da civilização americana

Independentemente do que tenha feito entre a noite de ontem e a madrugada de hoje, Donald Trump, ao ameaçar destruir o Irã, cumpriu a promessa de acabar com uma civilização inteira — a norte-americana.

O ataque que seu governo, aliado a Israel, promove contra o Irã revela ao mundo a fragilidade dos mecanismos de controle do país que, por décadas, apresentava-se como um exemplo de democracia, dono de um sistema de freios e contrapesos capaz de conter insanidades acima de um determinado grau. É como se Trump tivesse jogado uma bomba atômica no espírito da nação.

Ao longo de sua história, os EUA abusaram de seu poder, financiaram golpes, estimularam revoltas, promoveram e adotaram ditaduras, criaram guerras absurdas como a do Vietnã. A atuação decisiva contra o nazifascismo, ao lado, principalmente, da União Soviética e do Reino Unido, não apaga os pecados norte-americanos.

Mas nada pode ser comparável com os delírios trumpistas, um ataque não apenas a outros povos e países, mas aos EUA, à ideia de uma nação poderosa, mas capaz de estabelecer diálogos e negociações com o mundo.

Ao longo de seu segundo mandato, o ocupante da Casa Branca promove uma destruição sistemática de valores que seus conterrâneos sempre disseram defender. O que vale é a lei do mais forte, e todos sabemos quem é o dono da bola.

Trump abusa do direito de fazer o que não deve diante da passividade cúmplice dos poderes Legislativo e Judiciário. Este chegou ao ponto de legitimar o sequestro de um presidente estrangeiro — Nicolás Maduro —, ação que, envenenada na sua origem,

deveria ter contaminado todo o processo. O fato de o venezuelano ser um ditador não legitima a invasão de seu país e sua prisão.

Os sucessivos assassinatos de barqueiros, a perseguição a imigrantes, a separação de crianças de seus pais também demonstraram a passividade de um sistema judicial que sabe brilhar muito bem nas telas dos cinemas.

O presidente tem o direito e o dever de resguardar os interesses de seu país, mas não o de subjugar outros povos. Por mais cruel que o regime iraniano seja — e isto é inegável —, não cabe aos EUA agirem como polícia do mundo.

Não há justificativa moral e ética para o início da guerra, conflito também incentivado pelo governo de Benjamin Netanyahu, homem responsável por tantos massacres e que, como Trump, chegou ao poder graças à vontade soberana da maioria da população de seu país.

Com seus gestos e falas, Trump dá razão a todos os que, ao longo do tempo, questionaram a sinceridade dos valores que os EUA sempre disseram defender. Um país que agora demonstra ser incapaz de conter excessos evidentes de seu presidente: sequer gigantescas manifestações promovidas nos EUA foram capazes de sensibilizar os que teriam como controlar o presidente.

A passividade com que outros poderes se comportam demonstra a fragilidade institucional do país que se apresentava como palatária do mundo. Trump demonstra ser incontrolável, atua como se, investido na condição de astronauta da Artemis II, revivesse Charles Chaplin e tratasse de, num gesto de domínio, abraçar a bola azul onde vivemos.

Tales Faria

José Múcio: “Não temos como nos preparar para a guerra mundial”

Às vezes é preciso que se diga o óbvio para que todos percebam a dimensão das coisas. A coluna fez uma pergunta ao ministro da Defesa, José Múcio, já imaginando qual seria a resposta:

“O senhor acha que essa encenação dos Estados Unidos contra o Irã pode acabar desencadeando uma guerra mundial?”

Múcio respondeu: “Acho que eles não têm coragem. Morre todo mundo.”

A coluna insistiu: “Mas o presidente dos EUA, Donald Trump, e os Aiatolás iranianos parecem meio malucos. O Brasil se prepara para a hipótese de uma guerra mundial?”

Resposta: “Não temos como nos preparar para isso. Nossa principal arma continua sendo a diplomacia, o apelo para a racionalidade.”

José Múcio tem esse hábito de dizer o óbvio, mesmo quando algumas pessoas não considerem adequado um ministro falar de maneira tão direta.

Ele já falou, por exemplo, que as Forças Armadas teriam munição para apenas 30 dias de conflito. Foi quando cobrou numa reunião ministerial maior aporte financeiro na Defesa. Argumentou que o Brasil contribui com apenas 1% dos gastos militares mundiais, apesar de ser a 10ª economia.

É a pura verdade, e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admite. Assim como é verdade quando Múcio diz que o Brasil nada poderá fazer se Trump e os aiatolás resolverem explodir o mundo.

Não adianta comprar mais armas, convocar soldados, construir a toque de caixa uma super defesa antiaérea. Nada disso funcionará quando a radioatividade de centenas de bombas nucleares se espalhar

sobre o planeta. “Morre todo mundo.”

Essa hipótese de guerra nuclear não está fora de cogitação do governo. Especialmente dos comandantes militares e dos chefes da diplomacia brasileira e do Palácio do Planalto. Eles já conversaram francamente sobre esse assunto.

Chegaram à conclusão de que Donald Trump tem o hábito de esticar demais a corda, mas, dessa vez, bateu de frente com os aiatolás que comandam o Irã e que também não são afeitos a recuar. Há, sim, risco de o conflito se tornar incontrolável e o Brasil nada pode fazer, além de se colocar à disposição para tratativas diplomáticas de um lado ou de outro.

O guru do presidente Lula para a área diplomática, ex-ministro Celso Amorim, que também é guru do ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, tem exatamente a mesma posição de José Múcio: a situação é delicada; Donald Trump é imprevisível; os aiatolás do Irã são complicados; o conflito com os Estados Unidos pode se alastrar e até virar uma Terceira Guerra Mundial.

Tudo o que o Brasil pode fazer é quase nada e está no campo diplomático. Mas é possível agir no campo interno: pedir muita calma nessa hora. Evitar discursos fáceis e belicosos.

O problema é que os ânimos da opinião pública às vezes ficam tão inflamáveis quanto o combustível das guerras. Especialmente perto de eleições polarizadas como as que o Brasil enfrentará em outubro.

Essa é a principal preocupação dos analistas do governo na diplomacia e na política: não se pode evitar o clima internacional belicoso, mas deve-se blindar a política brasileira contra a contaminação.

Patricia Mota Guedes*

Entre estudar e trabalhar: decisões que começam cedo demais

Com o retorno às aulas, surge a pergunta: quem deveria estar de volta à escola — e não voltou? Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, essa pergunta ganha urgência. É nessa fase da vida, entre o 6º e o 9º ano, que muitos adolescentes começam a se desencantar com a escola e passam a excluí-la dos seus planos futuros. Os dados do Censo Escolar confirmam o que professores e gestores observam no dia a dia: é ao final do Ensino Fundamental que as taxas de faltas, reprovações e abandono escolar disparam. Mas há uma outra fonte preciosa, que vem de perguntas feitas diretamente a quem está quase terminando o Ensino Fundamental.

As próprias respostas dos estudantes ajudam a dimensionar o problema. No questionário do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2023, aplicado a alunos do 9º ano, quase 8% afirmaram que pretendiam apenas trabalhar no ano seguinte. Isso significa que, entre 2,3 milhões de adolescentes no último ano do Fundamental, quase um em cada dez já não inclui o Ensino Médio em seus planos.

Entre estudantes pretos, pardos e indígenas, o percentual dos que planejam deixar a escola para trabalhar é ainda maior. O mesmo ocorre quando analisamos a escolaridade das mães: 11,6% dos filhos de mulheres que não completaram o 5º ano planejam interromper os estudos, contra 4,7% entre aqueles cujas mães têm ensino superior.

Há ainda um grupo que merece atenção especial: os 15% dos estudantes do 9º ano que afirmaram não saber se continuarão a estudar. Somados aos que já planejam sair da escola, isso significa que quase um quarto dos adolescentes chega ao fim do Fundamental sem certeza de que seguirá adiante com os estudos.

Outro dado relevante é que o trabalho entra cedo no horizonte da maioria. Mais da metade dos jovens afirma pretender trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Entre aqueles em situação de maior vulnerabilidade, essa “jornada dupla” é menos viável. Para muitos, a escolha não é entre conciliar — é entre trabalhar ou estudar.

Esses números não podem servir para culpabilizar as famílias, escolas e comunidades. Mas revelam que a trajetória escolar continua profundamente afetada pela origem social e que políticas públicas precisam reconhecer tamanha desigualdade para atuar com investimentos focalizados, em situações em que o risco de interromper os estudos é maior.

Programas como o Pé-de-Meia, focado no Ensino Médio, são avanços contra o abandono, mas chegam tarde para quem já se desligou antes. O desafio está nos Anos Finais, etapa decisiva e historicamente negligenciada.

A Escuta Nacional das Adolescências, que ouviu mais de 2,3 milhões de estudantes do 6º ao 9º ano, mostrou que o sentimento de pertencimento à escola cai muito nos 8º e 9º anos. Muitos dizem não se sentir vistos, ouvidos ou acolhidos — fator ligado diretamente ao desengajamento e ao abandono.

A expansão da educação integral em tempo integral e políticas específicas recentes, como o Programa Escola das Adolescências, despontam como estratégias com potencial para qualificar a oferta dos Anos Finais, transformando essa experiência. Ao ampliar o tempo e as oportunidades de aprendizagem, fortalecer vínculos, diversificar experiências formativas e reconhecer o adolescente como sujeito em desenvolvimento, iniciativas podem contribuir para aumentar o engajamento, o pertencimento e a permanência escolar.

Mato Grosso e Alagoas criaram políticas específicas para os Anos Finais, com diagnósticos e escuta ativa. O Ceará já apoia municípios em regime de colaboração. Capitais como Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife priorizam tempo integral com currículos inovadores. Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Florianópolis destacam a matemática para engajar adolescentes. Ações de transição para o Ensino Médio aparecem no Piauí e Mato Grosso. Outras redes investem em mudanças pedagógicas, saúde mental, protagonismo juvenil e monitoramento de riscos como frequência.

O momento é especialmente favorável para o país avançar. O fortalecimento do regime de colaboração entre municípios, estados e União, a ser impulsionado pela aprovação do Sistema Nacional de Educação e o futuro novo Plano Nacional de Educação são condições estruturantes para enfrentarmos esse gargalo histórico. Apresentar, ainda nos últimos anos do Fundamental, caminhos possíveis para o Ensino Médio — inclusive articulados à educação profissional e tecnológica — pode fazer a diferença entre seguir ou interromper a trajetória escolar. Neste sentido, o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG) também pode disponibilizar recursos essenciais para mudanças importantes.

Sem dúvida, nos últimos três anos, os Anos Finais começaram a ganhar visibilidade no debate público e atenção nas políticas do Ministério da Educação (MEC) e dos governos estaduais e municipais. O ano de 2026 representa um momento oportuno para se avaliar e aprofundar ainda mais esses esforços, atentos para o que os próprios adolescentes já nos dizem sobre o que planejam e o que esperam da escola.

*Superintendente do Itaú Social